

ANJ

 ASSOCIAÇÃO
 NACIONAL DE JORNALIS

IVZ

 INSTITUTO VERIFICADOR
 DE JORNALIS

 SISTEMA A TRIBUNA
 DE COMUNICAÇÃO


120 ANOS

ATRIBUNA

 FUNDADA EM 26 DE MARÇO DE 1894
 M. Nascimento Jr. (1909-1959)
 Giusfredo Santini (1959-1990)
 Roberto Mário Santini (1990-2007)

MARCOS CLEMENTE SANTINI
 Diretor-Presidente

ROBERTO CLEMENTE SANTINI
 Diretor-Vice-Presidente

RENATA SANTINI CYPRIANO
 Diretora de Marketing

FLAVIA CLEMENTE SANTINI
 Diretora de Circulação

PAULO NAEF
 Diretor-Superintendente

CARLOS CONDE
 Editor-Chefe

MÁRCIO DELFIM LEITE SOARES
 Gerente Comercial e Marketing

MARCO ANTONIO DA COSTA
 Gerente Industrial

O dilema dos prédios tortos

A Prefeitura de Santos estabeleceu que 65 prédios da orla santista com maior inclinação deverão apresentar até o dia 9 de dezembro proposta de trabalho para elaboração de laudos que identifiquem se os desaparecidos existentes apresentam riscos estruturais para os edifícios.

Trata-se de medida necessária e que revela prudência da administração. Por um lado há a preocupação quanto à segurança dos prédios: é importante lembrar que neles vivem cerca de 17.000 pessoas. Mas existe também o cuidado de não impor regras únicas a todos. O que a Prefeitura está exigindo é que os síndicos demonstrem ações e providências para determinar a situação atual, bem como planos e projetos que pretendem desenvolver. Cada caso será analisado individualmente, respeitando suas especificidades técnicas.

Não se pode ignorar o problema. Construídos principalmente no início da década de 1960, esses prédios logo apresentaram grandes recalques, provocando a inclinação sensível das estruturas. A causa é amplamente conhecida: o subsolo de Santos, notadamente da região afetada, apresenta uma camada superficial de areia, razoavelmente compacta, com cerca de 8 a 10 m de espessura, que apresenta condições de suporte às cargas dos edifícios. O problema está na camada seguinte, formada por argila marinha muito mole e compressível, com cerca de 20 metros. Construídos os prédios, as car-

gas são transmitidas a tal camada de argila que se comprime e provoca os recalques. A geometria e a distribuição desigual das cargas faz com que eles aconteçam de modo não uniforme, levando às inclinações.

Esse problema é antigo. Há várias décadas os prédios tortos formam a paisagem da orla, constituindo-se até em atração turística da cidade. A situação não é, porém, tranquila. Riscos existem e exigem providências, que acabam por recair sobre os ombros dos proprietários dos imóveis.

Aqui reside a dificuldade. Ela não é técnica: a engenharia civil oferece soluções eficientes e seguras para os reaprumos, como demonstrou o caso do Edifício Núncio Malzoni, cuja grande inclinação foi integralmente resolvida. O problema é de engenharia financeira: os custos desses serviços, começando pelos laudos e projetos, são muito elevados. E os moradores são, em sua maioria, pessoas com dificuldades econômicas, muitos deles aposentados.

A venda dos prédios para demolição e construção de novos empreendimentos esbarra no valor obtido. Mesmo com a extrema valorização dos terrenos de frente para o mar, a parte que caberia a cada proprietário seria muito pequena, dado o grande número de unidades existentes, e impossibilitaria a compra de outro imóvel.

Não há, porém, como deixar de enfrentar a questão. Será difícil e complicado, mas é preciso empenho, persistência e esforço para resolver tal problema.

A violência atual

Violência choca, assusta, preocupa. É um dos problemas que mais aflige a população brasileira nos dias atuais. Há furtos e homicídios cometidos por razões banais. A região ainda lamenta a morte do ex-fotógrafo de *A Tribuna*, Paulo Freitas, que perdeu a vida em triste episódio de violência.

Mesmo que se diga que há séculos a situação era pior, isso não traz tranquilidade a ninguém. Hoje qualquer ato violento, cometido em qualquer parte do mundo, repercute em todos os cantos. É natural, portanto, que a percepção e conhecimento dos fatos sejam muito maiores. Mas há outro ponto: antigamente, a violência era institucionalizada e vista como necessária. Os duelos, as vinganças, as execuções em praça pública, e, principalmente, as guerras eram justificadas e considerados naturais.

A civilização evoluiu bastante, e, de modo geral, a violência é considerada ato de bandidos e criminosos, e assim ameaçadora e perturbadora da boa convivência entre os seres humanos. Ela assume várias faces. Não é apenas o homicídio ou o latrocínio: há a violência doméstica, cometida contra crianças e idosos, as agressões a mulheres, e até atos de crueldade contra animais.

Temos assistido ultimamente, no Brasil, o crescimento da violência em protestos nas ruas. Na última segunda-feira, em São Paulo e no Rio de Janeiro, houve confrontos de manifestantes com a polícia, e cenas de vandalismo como depreda-

ção de bancos e lojas, além de incêndios a ônibus.

Os protestos foram convocados para manifestar apoio a professores municipais do Rio, tanto na capital fluminense como em São Paulo. Mas os atos foram tomados por mascarados adeptos da tática "black bloc". O resultado foi, na capital paulista, a depredação de dezenas de orelhões e oito agências bancárias. No Rio de Janeiro houve até coquetéis molotov e bombas caseiras atirados para destruir ônibus, bancos, restaurantes e as sedes do Clube Militar, Câmara Municipal e consulado americano.

Na mesma linha, um protesto pela falta de pagamento de auxílio-moradia para pessoas que ficaram sem ter onde morar após o incêndio de uma comunidade em 2010, também acabou em violência, com a explosão de um carro que deixou seis pessoas feridas, duas em estado grave.

E em Santos, no último sábado à noite, um arrastão aconteceu no Parque Municipal Roberto Mário Santini, no Emissário Submarino. Um luau acabou vítima do ataque, e os que lá estavam foram assaltados e ameaçados, inclusive com armas de fogo. Alcool e drogas fazem parte do cardápio dessas festas, para agravar mais o quadro.

Os protestos nas ruas e os eventos festivos em locais públicos são legítimos. Infelizmente, a violência parece tomar conta deles. O resultado é o agravamento da situação. Impõe-se a ação da polícia, e principalmente o repúdio de toda a sociedade.

Do leitor

As cartas enviadas à *Tribuna do Leitor* devem conter nome, endereço, telefone e RG. O tamanho dos textos não pode ultrapassar 900 toques, incluindo os espaços. As cartas que não obedecerem esta orientação serão desconsideradas, bem como e-mails anexados.

E-MAIL
 leitor@atribuna.com.br

ATENDIMENTO AO LEITOR
 Telefone: 0800-727 7710

REDAÇÃO
 Rua João Pessoa 129, 3º andar, Centro Santos,
 São Paulo. CEP 11013-900

A quem recorrer?

No Jardim Ribeirópolis, quadra 44 lote 5, a proprietária do terreno, 83 anos, está passando sufoco para poder vendê-lo. Paga ela, desde 1961, impostos, e de repente aparecem supostos proprietários que aterram-no, vendem-no e ninguém, absolutamente ninguém faz nada para evitar o abuso que nos faz ir todos os fins de semana arriscar nossas vidas, devido a localização, sofrendo com ameaças entre outros problemas.

Já fizemos Boletim de Ocorrência e nossas autoridades, com problemas mais importantes, não fazem com que esses grileiros nos deixem em paz, ao menos para vendê-lo, o que é nossa intenção. Temos todos os carnês, escritura, e documentação necessária para a venda.

No final de semana passada, ao procurar a delegacia de Praia Grande, para fazer novo BO, a mesma se encontrava fechada. Não aguentamos mais esta situação, porque todos os dias o terreno é vendido para pessoas diferentes e não sabemos a quem recorrer.

MÁRCIO PEREIRA URBANO - SANTOS

WC e quiosques

Em atenção ao leitor Luiz Antonio Tavares Freire, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano informa que de fato os sanitários tiveram uma perda de área.

O espaço ocupado pelas novas unidades deveria estar exatamente nas mesmas áreas existentes dos antigos quiosques, cujo espaço é tombado pelo Condephaat e com acompanhamento pelo Ministério Público.

É importante ressaltar que, na época de construção dos antigos sanitários não havia a necessidade de unidade acessível - hoje obrigatório. Portanto, uma mesma área, que antes era dividida em duas unidades, passou a ocupar três. Quanto às portas, em algumas unidades serão instaladas peças limitadoras de abertura e aparadores.

ASSES. DE IMPRENSA PREFEITURA DE SANTOS

Sinfônica de Santos



Com muita tristeza recebi a notícia, através de rede social, que acabaram com a Orquestra Sinfônica de Santos, por tempo indeterminado. Sacanagem com os músicos, com a Cidade e um crime contra a cultura da região, em uma época que se financia tanta porcaria com o dinheiro público. Espero que o prefeito Paulo Alexandre reveja e cancele esse absurdo.

JOÃO HORÁCIO CARAMÉZ - SANTOS

Poda de árvores

“Parou! Parou porquê? Porque parou?” – com este refrão de musiquinha tão conhecida os moradores da Rua Frei Francisco Sampaio questionam: por que a poda das árvores desta rua programada para setembro parou? Fato concreto, depois de troca de mensagem entre a Ouvidoria (reclamação 6385/2013) e a Secretaria do Meio Ambiente, fomos informados que a poda das árvores da mencionada rua dar-se-ia em setembro, no Programa Viva o Bairro. Setembro chegou, os responsáveis pelas podas podaram as duas primeiras árvores da rua e desapareceram. E as demais árvores da rua? Pelo menos umas 30 necessitam ser podadas.

CELSO DE ALMEIDA BRAGA MITAINI - SANTOS

Representar o povo

É público e notório que nossos políticos não representam o povo brasileiro, após eleitos defendem interesses de seus financiadores, empresas ou se unem para livrar os colegas que exageram nos desvios do dinheiro público. Apesar das inúmeras manifestações populares e da divulgação das falcatruas em todas as mídias, ninguém foi condenado ou sequer votaram projetos importantes parados há décadas. Sinceramente, espero que os brasileiros hajam com honra e justiça nas eleições de 2014 não reelegendo nenhum dos atuais políticos, talvez assim percebam que nós os colocamos no poder para trabalharem em prol da coletividade e do bem estar do povo.

DANIEL MARQUES - SANTOS

Tribuna Livre

JOSÉ LASCANE. Vereador (PSDB), professor universitário e autor de livros didáticos

Maioridade penal

Percebemos que uma sociedade está doente quando seus próprios membros a atacam, sentindo que não usufruem de seus benefícios.

Estamos constatando e assistindo angustiados ao crescimento da violência. Estupros, latrocínios, sequestros, assassinatos bárbaros acompanhados de crueldade inimaginável.

Campeão mundial em homicídios entre países sem guerra ou guerrilhas. Estaríamos mesmo sem elas ou estaríamos vivendo uma convulsão social similar, uma guerra civil não declarada? Em pauta, a questão da distribuição de renda. Para que possamos refletir, exemplificamos o cenário comparado da distribuição de renda na exposição de que é o contraste o produtor da criminalidade, temos o Brasil e Ghana na África. Aqui, renda per capita de US\$ 4 mil; lá de apenas US\$ 500. Nossa produção é de 99,5% maior do que a de Ghana. Na comparação, em cada grupo de 100 mil habitantes, o Brasil tem 21 casos criminais registrados, mas em Ghana o índice é 2,1 – portanto aqui é dez vezes maior.

Aqui, há um abismo entre a distribuição de renda entre ricos e pobres; lá, apesar de quase sua totalidade ser pobre, não existe esta disparidade de classes.

Nesta última década, infelizmente temos assistido ao crescimento exponencial de inclusão nesta barbárie de jovens menores de 18 anos, que em sua grande maioria estão mergulhados nas drogas, praticando os crimes mais horripilantes,



com uma crueldade jamais vista anteriormente nesta escala.

Que punição deveria ser dada a criminosos menores de 18 anos, como: Champinha e sua gangue que assassinaram o casal de namorados; Felipe e Liana, sendo que a jovem ficou sequestrada durante seis dias e estupro pelos criminosos em revezamento, depois morta com 16 facadas; ou do menor e seus comparsas que jogou álcool e ateou fogo no corpo da dentista que tinha apenas trinta reais para lhes entregar, assistindo a este espetáculo tétrico até vê-la carbonizada; ou do menino boliviano que estava no colo da mãe e foi barbara-

mente assassinado com um tiro na cabeça porque chorava muito e implorava dizendo: “não me mate”; ou dois delinquentes, também menores de idade, que atearam fogo em outro dentista que ardeu em chamas, foi socorrido e levado a um hospital, mas acabou morrendo. Ressalto que os dois adolescentes foram postos em liberdade no início deste mês de outubro. Somos contra os que defendem a execução sumária de criminosos, e do segregamento em guetos dos menores infratores.

Então, o que proponho? Sou a favor da responsabilização penal, independentemente da idade, para crimes bárbaros com requintes de crueldade, mais especificamente, o estupro, o latrocínio, a tortura seguida de morte, o assassinato (dito por um menor) só para assistir a vida saindo através do olhar da vítima. Os menores criminosos seriam julgados e se condenados ficariam em instituições apropriadas até os 18 anos, criadas para tais fins, e o restante da pena seria cumprido na prisão. Nunca é demais lembrar que existem muitos estudos científicos que comprovam que a compreensão do que é matar acontece antes dos 16 anos.

Criminalidade, conflito social, insegurança geral.

E nós temos que ajudar a superar essas dificuldades, até porque, humanos que somos, nos credenciamos racionais e superiores a todas as demais espécies da Terra. Cumpramos, pois, esta elevada missão.